

Política

Judiciário Com delação, empresário rompeu contrato que fez dos políticos sócios minoritários de sua operação
O varejo da corrupção que projetou Joesley

Maria Cristina Fernandes De São Paulo

O ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, desistiu definitivamente, com presteza, da operação mais importante de sua carreira política, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. mas não foi capaz de entregar a missão que lhe foi confiada por Joesley Batista, a de federalizar a fiscalização dos frigoríficos do país.

Após o longo departamento prestado a Procuradoria-Geral da República no dia 3 de maio. Ao longo das três décadas em que, de um acúmulo de Anápolis passou a família de mangueira empresa privada do país, a PGR construiu uma carteira de 1.620 políticos e 28 partidos, soma revelada no acordo de delação dos executivos do grupo. Os números, mais mil do que aqueles apresentados pela Odebrecht, se explicam pelo vício da operação. Para expandir seus negócios, Joesley e Batista tiveram que contratar as dificuldades criadas pela fiscalização mantida pelo Brasil sobre o comércio de carne. Começou a financiar mandatos locais até a operação ganhar escala e o grupo passou a dominar toda a cadeia produtiva da política, de vereadores a presidentes da República.

Depois de imagar o sistema político em todas as instâncias da federação, o empresário viu na diligência jornalística em vender fidelidades uma oportunidade para

controlar o programa. No relato de Joesley, o grupo do PMDB da Câmara, depois de se assemelhar do HIGITS e da Caixa Econômica, tinha partido para conquistar a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura. "Quando vi que eles iam conseguir, pedi para me apresentar para não deixar o governo em um caminho ruim", contou Joesley, sem citar, aos seus parceiros. De uma série de reuniões, se livrou das acusações feitas e de conteúdos que não tinham como negociar no topo da pirâmide. Mas a rede de interesses que Joesley apostou a fomentar Brasil afora se tornou cada vez mais forte, mantendo todos os pedágios da carne.

Uma vez que Joesley diz reconhecer Eduardo Cunha (2011) como, com a saída da pasta da Agricultura do indicado do presidente Michel Temer, Wagner Rossi, para nomeação, por Dilma, da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), desafia de longa data dos Barão. Joesley, em 2008, ditou também o ministério Ricardo Sampaio, que seria substituído como diretor de relações institucionais pelo grupo JBS e, seis anos depois, se tornou a declaração de Joesley. Mas, como ele afirma, não se tratava de uma família de empreiteiros que, pela falta de experiência, foram, sem desmentir, do vício da operação da corrupção. Da segunda geração de uma família de banqueiros, sem o mesmo nome dos Odebrecht, Joesley lidou com os políticos como



Joesley Batista: sua carteira de 1.620 políticos e 28 partidos é maior do que aquela apresentada pela Odebrecht

parte de sua operação. Essa simbiose fez com que, quando a Lava-Jato explodiu e a Odebrecht decidiu honrar os compromissos que havia assumido com os partidos, foi a JBS que reteve o contrato para fechar suas contas. No depoimento, Joesley disse que o PMDB da Câmara cochila com seus negócios, o que ele próprio se apegava a vender facilidades. Mas a cada uma que aparece, ele chama como se tivesse sido trazido por um fornecedor relacionado de seus frigoríficos. Faltou dizer que o fato de que Joesley cresceu em Brasília numa família que expandiu seu patrimônio significativo, a partir de Anápolis, para fornecer aos empreiteiros que construíram a capital federal.

Essa simbiose explica o exposto estrutura que media as relações do grupo com o meio político. No lugar dos 77 da Odebrecht, dois escritórios da JBS ancoram os negócios da família Batista. Explica também as opções que encontrava para dissimular, ainda que tenha recorrido a depósitos no exterior, o dia a dia de seu propinquismo em relação com os boves e a vida íntima. Essa proximidade também faz com que Joesley não tenha muito sucesso em se apresentar como vítima daqueles que se apegavam para rotular pedágios de seus negócios. Um exemplo de como ele usava os políticos ainda mais do que era usado foi seu relato sobre a demanda dos irmãos Neves, de um

repasso de R\$ 30 milhões. Andréa lhe propôs compra de apartamentos do grupo com o meio político. No lugar dos 77 da Odebrecht, dois escritórios da JBS ancoram os negócios da família Batista. Explica também as opções que encontrava para dissimular, ainda que tenha recorrido a depósitos no exterior, o dia a dia de seu propinquismo em relação com os boves e a vida íntima. Essa proximidade também faz com que Joesley não tenha muito sucesso em se apresentar como vítima daqueles que se apegavam para rotular pedágios de seus negócios. Um exemplo de como ele usava os políticos ainda mais do que era usado foi seu relato sobre a demanda dos irmãos Neves, de um

cliente, Michel Temer. Joesley recebeu do Planalto a demanda para repassar R\$ 35 milhões aos acadêmicos com a qual se evitaria que o grupo debaixasse como candidato presidencial de 2014. Mandou seu diretor planejar a entrega no pé do ouvido de Temer. No dia em que o Brasil jogava com a Holanda pela Copa do Mundo, Saud visitou o vice, com o seguinte recado: "Joesley quer saber por que não tem nada para o senhor". A entrega foi feita e Temer a exigir sua parte no butim e reassumir o PMDB.

Joesley vendeu-se ao procurador político até para ministro de Estado. Foi o que ele fez, por exemplo, com Guido Mantega. Gestor de seus acertos com o BNDK, o ex-ministro tem se encontrado com a CPJ do Calif. Apresentado pelo então ministro dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues (PR), ele pediu para Guido não se envolver para depor a Caramia. O empreendimento prometia aos políticos a sociedade imobiliária em seus negócios e a construção de um polo de que o Estado, na verdade, só lhe atrapalha. Com a estralada indignação, refutou, por exemplo, a ajuda que fusões junto ao deputado, an deputado que foi derrotado CPJ, ele pediu para Guido não se envolver para depor a Caramia. O empreendimento prometia aos políticos a sociedade imobiliária em seus negócios e a construção de um polo de que o Estado, na verdade, só lhe atrapalha. Com a estralada indignação, refutou, por exemplo, a ajuda que fusões junto ao deputado, an deputado que foi derrotado CPJ, ele pediu para Guido não se envolver para depor a Caramia.

Para advogado, acordo muito favorável a Joesley põe a PGR sob suspeita

Ricardo Memória De São Paulo

"É absolutamente inadmissível que de um empresário Joesley Batista, dono do grupo JBS, tenha sido liberado da maneira como foi". Isso passa sobre a guarda de uma grande suspeita de propiedade pública. A opinião que se colhe é que de Joesley também comprara os procuradores que fizeram esse acordo de delação, liberando-o de toda e qualquer penalidade e deixando que more fora do país.

Quando lança a suspeita acima é o advogado Moisés Carlos Alves, doutor e livre-docente pela Universidade de São Paulo (USP) que militou no ano passado pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Autor de obras como "Lixo Negro da Corrupção" (Editora Parêntese) e "Condições sobre a Lei Anti-Corrupção" (Editora Revista dos Tribunais), Carvalho é tido como um dos mais influentes advogados do Brasil. Ele costuma que não tem reservas a outros acordos de delação feitos desde o início da Operação Lava-Jato, em março de 2014. Mas reafirma que entende como "absolutamente inadmissível" o que aconteceu com Joesley.

"Acá praticou um monte de crime, mas em nome, uma coisa assim de milhares de crimes. Compra de deputados, de candidatos etc. E depois não tem nenhuma sanção? Só a sanção judicial monetária de R\$ 325 milhões. Mas nenhuma sanção pessoal? Não é condenado a ficar em casa, a ter recolhimento, a não sair do país, a não formalizar. Como é que fica isso? Então o Atrecho Odebrecht fica lá encalado 2 ou 3 anos, ali com toda razão, e o outro Joesley vai entrar nos HUAF? Acha inadmissível se a responsabilidade e do procurador-geral da República precisa dar uma ampla satisfação à sociedade a respeito de se tipo de delação que ele fez. Tendo dar uma ampla explicação." Para o advogado, o episódio é

Advogados pedem regras para delação

Graciela Valentim De São Paulo

A delação é o vilão de Joesley e Wesley Batista, donos do grupo JBS (do Frigorífico JBS), ganhou o apelido, por empresários e advogados criminalistas, de "ultrapreço". Os irmãos obtiveram benefícios inéditos desde que a Operação Lava-Jato iniciou a pressão das relações público-privadas no Brasil. Conseguiu a gratuidade de imunidade para investigações em andamento e a conversão das eventuais penas em regime fechado para domicílios ou abito. A multa pecuniária total dos sete delatores ficou em R\$ 225 milhões. Joesley e Wesley pagaram R\$ 110 milhões cada, a partir de junho de 2018, em dez parcelas mensais com juros pela inflação. Além disso, foram autorizados a permanecer fora do Brasil, mantendo domicílios no exterior.

A liberdade concedida a eles despertou críticas, e as suspeitas de que podem ter lucrado com a própria denúncia, comparando a delação a venda de ações da JBS na bolsa antes que as informações se tornassem públicas, ampliaram a insatisfação. "A mensagem final ficou de que o crime mais que cometido, recompensa, e isso é muito inadmissível", disse especialista consultado pelo Valor.

A venda de ações da JBS em abril, quando a delação estava em curso, rendeu R\$ 130 milhões. Os ganhos com operações com ações podem ter alcançado R\$ 700 milhões, segundo fonte que dá as investigações disse que a delação não é contaminada

pela investigação ou prática de crime de "insider trading" (lucrar com informações) ou interesse pelo tipo de informação privilegiada. Trata-se, porém, de situação totalmente sem precedente.

As informações prestadas na delação do grupo JBS permitiram o pagamento de R\$ 1,2 bilhão a políticos e agentes públicos em troca de facilidades nas relações com instituições financeiras estatais e em medidas tributárias, entre outras. O grupo fez um dos efeitos pelo governo do PT dentro da política de criação de "campeões nacionais" seculares. A JBS tornou-se não só a líder no ramo como também a maior empresa financeira do país. O Frigorífico e a fábrica de bebidas Odebrecht receberam R\$ 11,4 bilhões em depósitos de capital e crédito do Banco de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e dos fundos de pensão Petros e Funel, das estatais Petrosbras e Caixa Econômica Federal (CEF). O montante não considera a dívida da Caixa.

A soma coincide com o valor que o Ministério Público Federal (MPF) pediu para o acordo de leniência do grupo. O montante de R\$ 11,4 bilhões supera os R\$ 7 bilhões cobrados de Odebrecht —valor até então recalculado em negociações. A Lei 12.850, de 2013, prevê que limitadas e perdão podem ser oferecidas desde que o colaborador seja o primeiro a fornecer informações a investigações em andamento e desoja o lidar da organização criminosa informada. "O padrão aqui são negociações que ainda não foi um consenso no poder judiciário sobre o que seria o papel de líder e não só quem quer se pode considerar o pri-

meiro. Então, existe grande liberdade para MPF negociar", explicou o consultor Arthur Sobral Prado, especialista em direito penal empresarial do Malheiros Filho, Megaluzano e Prado Advogados.

Perpallado Cruz Botini, o ministro-ista em situação em acordo no âmbito da Lava-Jato, ressalta que faltam critérios claros para as penas nos acordos de delação, em função dos crimes, como há no âmbito administrativo para outros delitos públicos. "É por isso que existem acordos totalmente diferentes. É uma boa oportunidade para começarmos a discutir a questão", disse o advogado do escritório Botini & Associados.

A lei de leniência, disse ele, que é o que quem aplica a pena no acordo e apenas ao fim do processo. Contudo, na Lava-Jato tornou-se praxe estabelecer a pena antes, para as seguintes situações: O Daniel Magalhães também do escritório Malheiros Filho, afirmou que há grande espaço para o subjetivismo do MPF. "O princípio do acordo de colaboração premiada é a troca. Ambos os lados ganham e perdão, mas faltam critérios". Prado pondera que os delinquentes e suas penas acordadas são importantes não só para a medicina das negociações, mas também essenciais para que a sociedade possa acompanhar o trabalho do MPF. A intransigência e o perdão judicial não foram concedidos nem aos primeiros nem aos primeiros delatores da Lava-Jato. O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, chamado de "fiscocôlono" pela força-tarefa, passou cinco meses na prisão e, após o acordo, um ano com liberdade. Desde junho de 2013, Marcelo

Odebrecht, presidente do grupo que levou o suborno da família, foi condenado pelo juiz Sérgio Moro a 19 anos e quatro meses de prisão. Após o acordo, a pena foi reduzida a dois anos e meio em liberdade e depois a um regime de progressão à liberdade, num total de dez anos.

O dono de concessões de licitação de veículos no Rio de Janeiro Adriano Reis Martins obteve a imunidade, mas foi de fato o primeiro a entregar provas de delação de dinheiro contra o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB). Ele não teve informações permitidas a Pula a delação de delação Operação Calicute.

Fazer o delação antes de serem denunciados favorece os Batista. Acolaboração entregou gravações em o presidente Michel Temer e prometia ações contadas, fato inédito em crimes empresariais. "Todo contra a favor", disse um criminalista. "É o primeiro MPF que demonstrar que vai receber bem quem for de perto abster voluntariamente".

"O pessoal da JBS se submeteu a sete acusações controladas, contendo muitos pessoais, ainda que imputados pela Polícia Federal. Dispararam de R\$ 5 milhões para pagar as propinas até um milhão no curso da operação", ressaltou fonte que atua nas investigações, após se questionado dos primeiros oferecidos aos empresários. "Além disso, a multa de cada um deles é maior que a de Marcelo e Danilo Odebrecht Júnior", acrescentou.

O criminalista Celso Vilarde fez coro ao pedido por parâmetros: "É necessária uma norma que traga a contabilidade exclusiva de negociação ao MPF, para acabar com incertezas, e que também estabeleça critérios para definição de penas."

MINISTÉRIO DA CÍVIL, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 08/2017 - UASG 240022 Nº Processo: 01500-10655/2016-57 Objeto: contratação de serviços de Monitoramento e Alertas de Risco de Ilícitos em Operações de Crédito e de Câmbio em nome do Banco do Brasil S.A. e de suas filiais, para o período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, com início em 01/07/2017 e término em 30/06/2018. Endereço: Setor Administrativo do CEV/ANEP, Estrada Côrrea de Sá, 100, Centro de Negócios, Brasília, DF. Informações: 0800-027111 ou 0800-900000. Site: www.compras.bcb.gov.br. Informações: 0800-027111 ou 0800-900000. Site: www.compras.bcb.gov.br. Cópia do Edital em: www.compras.bcb.gov.br

FNDE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2017 O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, com sede no Setor Bancário Sul - Quadra 02 Bloco F - Edifício FNDE, Brasília/DF, CEP 550-000, nº 00.018.2017/2002-03, torna público que está realizando Audiência Pública para escutar as manifestações dos princípios aspectos das propostas de equações públicas e transferir subsídios para a definição de especificações técnicas de "Instituições Educacionais", para atender às demandas educacionais nas redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Município. A abertura da sessão pública está marcada para o dia 06/07/2017 às 14h com o encerramento às 18h no seguinte endereço: Auditorio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, RSC, Quadra 02 - Bloco F - Edifício FNDE - 1º Subsolo - Brasília/DF. Mais informações encontram-se disponíveis nas informações no endereço: www.fnde.gov.br/licitacoes/042017. ANDRÉ SANTOS ANDRADE Coordenador Geral de Mercado, Qualidade e Compras COCOM/BR

## ESPLANADA

Leandro Mazzini

Com Walmor Parente (DF), Tadeu Pinto (DF), Beth Palva (RJ) e Henrique Barbosa (PE)  
reportagem@colunaesplanada.com.br

## TEMER: HOUE CORTES

Assim que ouviu o áudio da conversa com Joesley Batista, o presidente Michel Temer decidiu pedir à Polícia Federal para fazer uma perícia, mas os jornais se anteciparam. Ele tem certeza de que houve edições porque faltaram na gravação trechos do diálogo, segundo interlocutores. "Estranho, me lembro que havia sido falado família, que ajudava a família (de Cunha), e tenho convicção, e isso não está no áudio", disse Temer aos ministros palacianos. O presidente também se disse surpreso com a atitude da Procuradoria Geral da República, que enviou o áudio para o STF sem perícia.

## In loco

Aécio Neves foi visto no 5º andar do Hotel Unique, em SP, com o primo Frederico, dias antes do pagamento da suposta propina. Almoçaram juntos no restaurante do skyline.

## In loco 2

Aécio estava tenso e o primo com semblante preocupado. O senador foi lacônico para o assessor: "Você pega um voo para o Rio hoje, né?", no que o primo concordou.

## Chance do vice

A defesa do vice-governador do Amazonas, Henrique Oliveira, impetrou no STF uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) com pedido de dissociação de seu nome da chapa do governador José Melo (PROS), na acusação de que este comprou votos na eleição de 2014, motivo da cassação da chapa no TSE.

## Blindado

Na ADPF, os advogados frisam que "ninguém pode ser punido por atos que não praticou e nas decisões não se demonstrou nenhuma ilicitude praticada pelo Vice-Governador", que se prova inocente.

## Ah, dona Cármen..

A ação também questiona a decisão monocrática da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, que decidiu pelo afastamento de Mello antes da publicação do acórdão do TSE no D.O. da Justiça. Dois escritórios de advocacia auxiliam no caso.



DIVULGAÇÃO

FNDE

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

## AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2017

O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, com sede no Setor Bancário Sul - Quadra 02 Bloco F - Edifício FNDE, Brasília/DF, CNPJ sob o nº 00.378.257/0001-81, torna público que fará realizar Audiência Pública para esclarecer aos interessados os principais aspectos dos processos de aquisições públicas e levantar subsídios para a definição de especificações técnicas de "Robótica Educacional", para atender as entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios. A abertura da sessão pública está marcada para o dia 06/06/2017 às 14h com encerramento às 18h, no seguinte endereço: Auditório do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, SBS Quadra 02 - Bloco F - Edifício FNDE - 1º Subsolo - Brasília/DF. Mais informações encontram-se disponíveis aos interessados no endereço <http://www.fnde.gov.br/portaldocompras>

ANDRÉ SANTOS ANDRADE  
Coordenador Geral de Mercado, Qualidade e Compras  
CGCOMDIRAD

TCU

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
SEGEDAM / DIRETORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 19/2017 - SRP

Processo n.º 003.747/2017-4. Objeto: Aquisição de fitas LTO. Sessão Pública: 01/06/2017 às 10h. Local: sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Edital à disposição dos interessados no mencionado endereço ou no sítio [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br), opção "Licitações e contratos do TCU".

RENATO TEIXEIRA LEITE DE LA ROCQUE - Pregoeiro

CAIXA

MINISTÉRIO DA  
FAZENDA

## AVISO DE VENDA

Edital de Loteamento Público nº 0031/2017/DF

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, por meio da Gerência de Filial Alenar Bens Móveis e Imóveis - GILIE/GO, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontrar(em), imóvel (s) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária discriminados no Anexo II do Edital. O Edital de Loteamento Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados, no período de 22/05/2017 até 01/06/2017 em horário bancário, nas Agências da CAIXA situadas em Goiás e Distrito Federal, na Gerência de Filial Alenar Bens Móveis e Imóveis - GILIE/GO situada no endereço Rua 11, nº 250, 6º andar, Centro, Goiânia/GO e no escritório do Leãozinho Ozias Pereira Tavares Sítio à AE 08 Lote D - Parque dos Leões, Guará II Brasília/DF. O Edital estará disponível também na Internet, na página da CAIXA [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) e na página do loteamento, endereço [www.parquedelosleoes.com.br](http://www.parquedelosleoes.com.br). Os interessados que desejarem contatar com lançamento, ou utilizar recursos do FGTS, deverão dirigir-se às Agências da CAIXA, em tempo hábil para iniciar-se das condições gerais. O Loteamento realizar-se-á no dia 01/06/2017, às 14:00, no AE 08 Lote D - Parque dos Leões, Guará II Brasília/DF, na presença dos interessados ou seus procuradores que comparecerem no ato.

## Marun x OAB

Da tropa fiel a Temer, o deputado Carlos Marun (PMDB-MS) critica o Conselho Federal: "A OAB, que é contra as reformas da Previdência e trabalhista, decidiu pedir o impeachment do presidente. Virou a locomotiva do atraso".

## O padrinho

J.Hawilla é quem está por trás da venda do passe de Vinícius Jr, 16 anos, do Flamengo para o Real Madrid. O empresário mora em Miami, monitorado pelo FBI, um dos pivôs da operação na sede da FIFA. Vinícius, que joga um bolão, vai embolsar uns R\$ 20 milhões de luva ano que vem, além dos R\$ 25 milhões de salário anual na Espanha.

## Marra

O garoto nasceu numa favela de São Gonçalo, é monitorado por clubes da Europa desde os 13 e já é, digamos, um marrento com zagueiros. Mas só dentro de campo.

## Tributária na fila

Em meio ao turbilhão de notícias ruins na política, um refresco em Brasília com debate propositivo de tema importante e não tão esquecido. O LIIDE do DF, comandado por Paulo Octávio, recebe o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) para falar sobre as propostas da reforma tributária, amanhã, no Kubitschek Plaza.

## 'Prévias'

O jornalista Hélio Doyle palestra amanhã na Escola de Magistratura do DF sobre 'O Processo Eleitoral Brasileiro'. A entrada é uma lata de leite em pó.

## De família

Hoje o PMDB inaugura a nova sede da Fundação Ulisses Guimarães em BH. Newton Cardoso terá uma sala para despachar. Este grupo é adversário de Michel Temer.

## Fora do jogo

Outro grupo, ligado a Toninho Andrade, o vice-governador, é ligado a Temer. Newton, ex-governador, e o filho deputado federal, foram esnobados pela executiva na transição.

JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª RegiãoAVISO DE ALTERAÇÃO  
Pregão Eletrônico SRP n.º 19/2017

OBJETO: Aquisição de impressos de segurança, visando atendimento exclusivo da Corregedoria Geral, Seções e Subseções Judiciais do TRF da 1ª Região, de acordo com especificações e quantidades constantes do Anexo I do Edital. DATA E HORÁRIO: 01/06/2017, às 14:00 horas EDITAL à disposição dos interessados nos sites [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) INFORMAÇÕES: Telefones (61) 3410 3411 ou 3410 3412 e e-mail: [nul@trf1.jus.br](mailto:nul@trf1.jus.br)

Edileusa Vidal dos Santos  
Pregoeira